

TRABALHAR FAZER PORTUGAL MAIOR

ÍNDICE

TRABALHAR. FAZER PORTUGAL MAIOR	04
FAZER PORTUGAL MAIOR: UM PAÍS MAIS JUSTO E COMPETITIVO	06
VISÃO	06
PRINCÍPIOS DE AÇÃO PARA FAZER PORTUGAL MAIOR	07
1. POTENCIAR PORTUGAL: INVESTIR NO TALENTO DE TODOS, SEM DEIXAR NINGUÉM PARA TRÁS	09
1.1. EDUCAÇÃO: da primeira infância ao superior	09
1.2. Digital, Inteligência Artificial e as competências	11
1.3. CUIDAR DOS CIDADÃOS: Saúde e Apoios Sociais	12
2. DESBLOQUEAR PORTUGAL: REFORMAR O ESTADO PARA REMOVER OS OBSTÁCULOS À VIDA DOS PORTUGUESES E DAS EMPRESAS	13
2.1. REFORMAR O ESTADO na Administração Pública	13
2.2. REFORMAR O ESTADO na Administração Regional e Local	14
2.3. IMIGRAÇÃO: desbloquear processos e definir regras	14
3. TRANSFORMAR PORTUGAL: REFORÇAR A COESÃO, A COMPETITIVIDADE E A INOVAÇÃO	16
3.1. Recursos endógenos e sustentabilidade	16
3.2. INFRAESTRUTURAS para um País mais coeso e competitivo	18
3.3. UNIVERSIDADES E POLITÉCNICOS como motores de desenvolvimento	18
3.4. INVESTIMENTO para criar mais valor acrescentado	19
3.5. NOVAS EMPRESAS, com maior potencial de crescimento	20

ÍNDICE

4. PREPARAR PORTUGAL: GARANTIR A AUTONOMIA ENERGÉTICA PARA REFORÇAR A RESILIÊNCIA CLIMÁTICA E A COMPETITIVIDADE	22
4.1. MITIGAR AS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS	22
4.2. AUTONOMIA ENERGÉTICA: proteger os cidadãos e as empresas, apostar nas renováveis	23
5. AMPLIAR PORTUGAL: MAIS PRESENÇA E INFLUÊNCIA NA EUROPA E NO MUNDO	25
5.1. A LÍNGUA PORTUGUESA: o porto que partilhamos, o horizonte que projetamos	25
5.2. O ATLÂNTICO: palco de um Portugal Maior	26
5.3. A UNIÃO EUROPEIA: o espaço natural da nossa ambição global	27

TRABALHAR FAZER PORTUGAL MAIOR

Quatro anos depois de assumirmos a responsabilidade de liderar o PSD, realizamos o nosso 43º Congresso Nacional juntando a condução da maioria das Câmaras Municipais e das Juntas de Freguesia, aos Governos Nacional e das Regiões Autónomas.

As eleições autárquicas e a conquista das Presidências da ANMP, ANAM e ANAFRE, consolidaram o PSD como o maior partido português e confirmaram um percurso de compromisso com o território e com a génese popular e interclassista da nossa implantação fundacional.

Muitos milhares de mulheres e homens, jovens há mais e há menos tempo, personalidades de referência de vários setores de atividade, dinamizaram e impulsionaram a nível local, regional e nacional, o trabalho político do PSD, a que correspondeu em todos os níveis a confiança maioritária do povo português.

Cabe-nos agora prosseguir o exercício das várias funções governativas com foco redobrado na resolução dos problemas concretos das pessoas e transformando o país a olhar para as gerações vindouras.

Sem eleições no horizonte, é-nos exigida coragem reformista e ambição responsável.

Temos a obrigação de retribuir a representatividade que o povo nos concedeu com sentido de futuro, apostando estrategicamente no nosso potencial humano, no nosso património natural, na nossa localização geoestratégica, na inovação e na simplificação.

Temos o dever de apresentar soluções arrojadas e ir à procura das convergências possíveis no panorama político e social do país.

Em especial, na Assembleia da República, propomo-nos continuar o diálogo político com as oposições e de forma particular com os dois partidos que na oposição têm representação suficiente para viabilizar iniciativas.

Nenhum dos dois está excluído desse diálogo, até porque os mesmos dois maiores partidos da oposição também não têm excluído dialogar entre si e coligarem-se pontualmente contra os partidos que suportam o Governo. Essa é, de resto, a mais óbvia demonstração do absurdo que se reveste falar de “cercas sanitárias” no parlamento português.

Dito de outro modo, o PSD será fiel ao seu compromisso de não ter uma solução de governo nem com o Chega nem com o Partido Socialista. O sentido do “não é não” com o Chega é o mesmo do “não ao bloco central” com o PS.

Mas não estabelecer um acordo de governação não pode nem deve significar rejeição de diálogo e negociação política.

E o PSD, líder da AD, sendo a referência da moderação política e sendo a referência do reformismo político, governa sem deixar o país cair nem na irresponsabilidade do populismo e da imaturidade “chegana”, nem na estagnação do imobilismo e da estatização socialista.

Este é o mandato que o povo português nos deu.

Governar sem maioria absoluta.

Não fazer nenhuma coligação de governo nem com o Chega nem com o PS.

Dialogar e negociar com todos os partidos políticos e de forma particular procurar a não objeção ou bloqueio de pelo menos um dos dois maiores partidos da oposição.

Numa democracia madura, todos devem respeitar a pronuncia do povo soberano. Os portugueses estão manifestamente cansados de eleições intercalares e querem que todos mostrem o que valem. Governo e oposições devem cumprir as suas missões e no fim da legislatura, todos serão julgados pelo seu desempenho.

Foi também esse o entendimento transmitido ao país pelo senhor Presidente da República, interpretando a mesma vontade popular.

O PSD cumprirá a sua missão guiado pela salvaguarda do interesse nacional e pela proteção dos direitos e liberdades dos cidadãos.

Vamos trabalhar para fazer PORTUGAL MAIOR.

FAZER PORTUGAL MAIOR UM PAÍS MAIS JUSTO E COMPETITIVO

VISÃO

Portugal tem ainda um grande potencial para alcançar. A desigualdade e a baixa mobilidade social impedem muitos portugueses de acreditar que é possível um futuro melhor. Portugal tem de tornar real essa aspiração. Portugal tem de criar oportunidades, em todo o território Continental e em todas as ilhas das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, para que todos realizem o seu potencial. Portugal só cumprirá o seu potencial quando ninguém ficar para trás. Só quando todos realizarem o seu potencial teremos um País mais justo e mais competitivo. Só, assim, Fazemos **Portugal Maior**.

Fazemos **Portugal Maior** quando a origem social, o local de nascimento, a condição económica ou a distância aos grandes centros urbanos deixarem de condicionar as oportunidades e o potencial de cada indivíduo. No PSD, a sociedade justa que almejamos é aquela que abre caminhos, remove barreiras e dá confiança a cada cidadão para construir o seu próprio futuro, aquele que ambicionou para si.

Esta é a visão de um Portugal mais coeso e competitivo. Um País que valoriza o mérito, mas que sabe que o mérito só floresce quando há condições para o revelar e desenvolver. Um País que não aceita resignar-se às dificuldades, mas que as supera. Um País que mobiliza o Estado, as empresas, as instituições sociais, as autarquias, as escolas, as universidades e os cidadãos para uma missão comum: transformar o potencial em realização e a esperança em futuro. Esse é o **Portugal Maior** que queremos construir, um Portugal de oportunidades.

Trabalhamos para um **Portugal Maior** no Mundo. O Atlântico faz parte da nossa identidade. Portugal ocupa um lugar especial no Atlântico. Foi desta posição privilegiada que os exploradores marítimos se lançaram para fazer **Portugal Maior** e tornar o português uma língua global. As Regiões Autónomas fazem Portugal Maior no Atlântico e no mundo. A rede de infraestruturas portuárias e aeroportuárias e os cabos submarinos fazem de Portugal um *hub* intercontinental, reforçando a sua posição estratégica no mundo e a sua competitividade. A língua portuguesa, a mais falada no hemisfério Sul, que nos liga umbilicalmente à Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), reforça e cria laços históricos, culturais, sociais e económicos únicos, Faz **Portugal Maior**.

Em múltiplos domínios, a definição de prioridades estratégicas e o sucesso da implementação de políticas públicas requer cada vez mais um alinhamento com as prioridades da União Europeia (UE). Portugal tem de ser um ator cada vez mais relevante na definição das prioridades políticas da UE. A UE vive um período decisivo para a sua liderança tecnológica, para a sua competitividade e para a segurança dos seus cidadãos. Afirmando as suas vantagens competitivas, Portugal tem de ser parte cada vez mais relevante nas respostas e nas soluções aos desafios

da Europa. Com uma participação mais intensa e a liderança de redes europeias por empresas, universidades e instituições do sistema científico e de inovação Fazemos **Portugal Maior**.

O PSD quer fazer de Portugal um País onde todos realizam o seu potencial. Com mais equidade e mais competitividade vamos **Fazer Portugal Maior**.

PRINCÍPIOS DE AÇÃO PARA FAZER PORTUGAL MAIOR

Os desafios do País não surgiram ontem. Alguns vivem connosco há demasiados anos, tendo sobrevivido a Governos que não os quiseram resolver. Muitas forças políticas já se conformaram a viver com estes desafios por resolver. O PSD não se conforma, nem se resigna a um País que abdica do seu potencial. O PSD não desiste de **Fazer Portugal Maior**. O PSD trabalha para **Fazer Portugal Maior**.

Os portugueses não estão condenados a ter salários inferiores aos níveis médios da UE. As desigualdades territoriais e sociais não são destino. O local onde se nasce não pode determinar o lugar onde se chega. Corrigir estas desigualdades é uma questão de justiça. Mas é também uma condição para termos regiões mais competitivas e uma democracia mais robusta, em que todos participam.

Portugal tem hoje uma oportunidade histórica: transformar estabilidade política em ambição, ambição em reformas e reformas em resultados reais na vida dos portugueses.

A missão do PSD é liderar e trilhar esse caminho. Fazê-lo com sentido de Estado, com coragem reformista e com compromisso social. Não estamos disponíveis para apenas gerir a situação — como fizeram os Governos do Partido Socialista. Queremos desbloquear, transformar e potenciar Portugal, preparando o País para o futuro. Queremos desbloquear o caminho para o sucesso, transformar a economia e os territórios, potenciar cada cidadão e preparar o País para um mundo mais complexo, exigente e incerto. Vamos **Fazer Portugal Maior**.

Fazer Portugal Maior é uma visão para o País assente em cinco princípios de ação.

O primeiro é que a justiça social e a criação de riqueza andam de braço dado. O País tem de assegurar igualdade de oportunidades para todos, seja porque é um dever de justiça assegurar que ninguém fica para trás, seja porque um crescimento económico sustentável deve apoiar-se no aproveitamento do talento de todos os que vivem em Portugal. Criando oportunidades para todos, estaremos simultaneamente a criar melhores empregos e empresas mais produtivas.

O segundo é que o Estado deve ser um acelerador da mudança, não um obstáculo. O Estado existe para servir cidadãos, empresas, instituições sociais, escolas e comunidades. E só o pode servir se for capaz, ágil, transparente e justo. Um Estado lento e opaco deixa de proteger o interesse público e passa a bloquear o desenvolvimento do País.

O terceiro princípio de ação é que a coesão territorial não pode continuar a ser sinónimo de segmentação. Tem de significar visão de conjunto. O Interior do País, os grandes centros urbanos, as cidades médias, as regiões autónomas, o mundo rural, o litoral atlântico e os territórios de baixa densidade não são partes isoladas. Cada um com os seus desafios, é certo, mas todos são plataformas de desenvolvimento de

um mesmo País, unidos numa visão integral de desenvolvimento nacional, almejando afirmação de identidade, de inovação e de qualidade de vida.

O quarto princípio de ação é que Portugal tem de ser um País seguro e mais resiliente a eventos extremos inesperados. As mudanças geopolíticas, as alterações climáticas, os riscos tecnológicos – sobretudo na cibersegurança – exigem planeamento e investimento na defesa, nas forças de segurança e na proteção civil. Na linha das propostas apresentadas no PTRR – Portugal mais Preparado, temos de reforçar as infraestruturas críticas e a autonomia energética. Assim garantimos maior proteção, mais segurança e uma capacidade de resposta mais rápida e eficaz das lideranças, das organizações e dos cidadãos. Num mundo mais frequentemente assolado por eventos severos, ser mais resiliente é também ser mais competitivo.

O quinto é que Portugal só será maior se for mais europeu, mais atlântico e mais lusófono. A nossa dimensão não se reduz às nossas fronteiras. A União Europeia, o Atlântico, a CPLP, as comunidades portuguesas e a língua portuguesa Fazem **Portugal Maior**. Aproveitar melhor a nossa posição geográfica, explorar os nossos recursos (a começar pelo Mar) e liderar redes internacionais é afirmar Portugal no mundo, pela via da diplomacia e da defesa dos valores democráticos. É **Fazer Portugal Maior**.

Esta moção propõe uma estratégia para **Fazer Portugal Maior** organizada em cinco eixos:

- 1. Potenciar Portugal** - Investir no talento de todos, sem deixar ninguém para trás;
- 2. Desbloquear Portugal** - Reformar o Estado para remover obstáculos à vida dos portugueses e das empresas;
- 3. Transformar Portugal** - Reforçar a coesão, a competitividade e a inovação;
- 4. Preparar Portugal** - Garantir autonomia energética para reforçar a resiliência climática e a competitividade;
- 5. Ampliar Portugal** - Mais presença e influência na Europa e no mundo.

1. POTENCIAR PORTUGAL

INVESTIR NO TALENTO DE TODOS, SEM DEIXAR NINGUÉM PARA TRÁS

Um **Portugal Maior** constrói-se cumprindo o potencial de cada pessoa. Não haverá **Portugal Maior** se os portugueses ficarem aquém daquilo que o seu talento permite. Enquanto a origem social condicionar os horizontes de uma criança, de um jovem ou de um adulto, a igualdade de oportunidades tem de assumir-se como prioridade maior. **No PSD, sabemos que a igualdade de oportunidades é a força motora do desenvolvimento do País.**

Os nossos jovens estão entre os mais escolarizados da União Europeia. As empresas e as organizações públicas e privadas têm de saber recebê-los, oferecendo objetivos de carreira ambiciosos e caminhos claros de progressão. Os jovens têm de encontrar em Portugal as oportunidades para se realizarem e poderem recuperar o investimento que as famílias e o Estado fizeram na sua educação. **É no sucesso de cada jovem que Portugal se Faz Maior.**

Potenciar Portugal é colocar as pessoas no centro. Esta é a matriz social-democrata do PSD: não acreditamos numa sociedade onde o Estado substitui a ambição das pessoas. O que nos move é cumprir o potencial dos portugueses: dar oportunidades, apostar na educação, elevar as expectativas, reconhecer o mérito e valorizar o trabalho, apoiar quem precisa e proteger os mais vulneráveis. Queremos um Estado que crie ambição em cada pessoa, mas que, ao mesmo tempo, lhe garanta possibilidades reais de ir mais longe. **Fazer Portugal Maior é não desperdiçar talento.**

1.1. EDUCAÇÃO: da primeira infância ao superior

Um **Portugal Maior** constrói-se desde o primeiro momento de vida. O potencial começa a formar-se aos 0 anos e, por isso, a igualdade de oportunidades tem de ser assegurada desde logo. Os horizontes alargam-se desde o primeiro dia.

O investimento nas creches e na educação pré-escolar tem de ser uma prioridade de primeira ordem. É uma das mais poderosas políticas de igualdade de oportunidades. Creches e jardins de infância não são apenas respostas de conciliação entre trabalho e família: são espaços de desenvolvimento humano, de aprendizagem, de socialização, de inclusão e de preparação para a vida. São a primeira etapa de uma política educativa transformadora — porque a Educação começa aos 0 anos e prolonga-se por toda a vida.

Assim, a universalização do acesso à creche e à educação pré-escolar é um compromisso e um investimento estruturante para a igualdade de oportunidades, reconhecendo que persistem assimetrias territoriais relevantes, em especial nas áreas metropolitanas.

A Educação é o principal elevador social da democracia. É pela Educação que uma criança deixa de estar limitada pelo ponto de partida e passa a poder construir o seu próprio caminho. É pela Educação que o País transforma talento escondido em mérito reconhecido. Um **Portugal Maior** é aquele que não aceita que o destino de uma criança seja decidido pelo contexto — seja o rendimento dos pais, o código postal da família, a falta de professores, o acesso a apoio especializado ou a língua que fala em casa.

A Escola Pública ocupa um espaço insubstituível. A escola que queremos para um **Portugal Maior** é uma escola de exigência e de humanidade. Exigência, porque sem conhecimento sólido não há verdadeira igualdade de oportunidades. Humanidade, porque cada aluno é uma pessoa concreta, com o seu contexto, o seu percurso, os seus talentos e as suas aspirações. **Fazer Portugal Maior** é dar as condições para que cada um atinja o seu pleno potencial.

No passado recente dos Governos socialistas, a Educação viveu sob tumulto. Com o PSD no Governo, regressou a paz às escolas e voltou o foco nas aprendizagens: aprender a ler, a escrever, a contar, a pensar, a interpretar, a argumentar, a criar e a viver com os outros. A leitura, a matemática, a ciência, a história, as artes, a cultura, a literacia digital, a literacia financeira, as ofertas formativas do ensino profissional e a cidadania democrática são partes indispensáveis de um todo, que é uma Educação que prepara para o mundo.

Potenciar Portugal é reconhecer que o ensino profissional deve ser uma via de excelência adequada aos perfis dos alunos e às aspirações das famílias. Portugal precisa de uma oferta formativa que responda às necessidades das empresas e do país de hoje e ao país de amanhã.

Portugal precisa de cientistas, engenheiros, professores, médicos, enfermeiros, técnicos industriais, programadores, cuidadores, agricultores, artistas, gestores, artesãos, investigadores, operários especializados, empreendedores, profissionais do turismo, do mar, da energia, da saúde e da cultura. Um **Portugal Maior** faz-se com todos. Todos são importantes. Todos criam valor. Todos contam.

O PSD sabe para onde quer ir na Educação. Por isso, sabe que nenhum aluno tem as condições adequadas para a aprender se os edifícios estiverem degradados. Requalificar escolas é afirmar respeito pelos alunos, pelos professores, pelos trabalhadores não docentes e pelas famílias. Esta é também uma agenda de coesão territorial, porque uma Educação de qualidade deve chegar a todos em todo o território nacional. O PSD sabe também que nenhuma escola será melhor se o País não valorizar quem a faz todos os dias: os professores. Sem professores qualificados, reconhecidos e motivados, não há aprendizagens de qualidade. Estamos a voltar a fazer da docência uma profissão desejada, socialmente prestigiada e capaz de atrair novas gerações. Ensinar é uma das funções mais nobres do serviço público. **Fazer Portugal Maior** é requalificar escolas e é valorizar os professores.

O Ensino Superior é uma das grandes conquistas da democracia portuguesa. Foi através dele que muitas famílias viram a primeira geração chegar mais longe. Foi nele que muitas cidades ganharam uma nova vida, que muitas regiões encontraram novas âncoras de desenvolvimento e que Portugal começou a aproximar-se dos padrões europeus de qualificação. O Ensino Superior tem de ser cada vez mais uma política central de desenvolvimento económico e social.

O PSD está a reforçar a autonomia estratégica, financeira, patrimonial, orçamental e de gestão das instituições, sabendo que esta não é apenas uma alteração jurídica: é uma escolha política de confiança. É reconhecer que universidades e politécnicos maduros precisam de liberdade para definir estratégias, atrair talento, organizar oferta formativa, participar em redes internacionais e responder às necessidades do País.

Portugal precisa de altas qualificações para crescer mais, pagar melhores salários, modernizar empresas, melhorar serviços públicos e reforçar a sua competitividade. A produtividade alcança-se com pessoas mais qualificadas, mais conhecimento, melhor tecnologia e gestão. O Ensino Superior é central para o desenvolvimento económico e social: cada diplomado é uma vida com mais horizontes, mas é também uma possibilidade acrescida de criação de valor para o País. O conhecimento deve circular entre a academia, as empresas e a administração pública. Esta ligação não diminui a missão académica — pelo contrário, amplia a sua relevância.

A ambição de **Fazer Portugal Maior** exige que ninguém fique de fora por falta de condições económicas. Um jovem que tem mérito para entrar num curso não pode ser excluído de o frequentar pelo preço de um quarto, pela distância à família ou pela fragilidade económica do agregado. A igualdade de oportunidades no Ensino Superior cumpre-se na permanência e na conclusão com sucesso de um percurso educativo. Para **Fazer Portugal Maior**, vamos garantir igualdade e liberdade de escolha através do novo modelo de Ação Social para o Ensino Superior.

1.2. Digital, Inteligência Artificial e as competências

A revolução digital foi acelerada pelos novos modelos de Inteligência Artificial (IA), cujo acesso foi massificado com uma rapidez inaudita. Os novos modelos de Inteligência Artificial estão a mudar o modo de vida das pessoas, a forma de trabalhar, o modo de aprender e de ensinar. A IA está a eliminar tarefas e a transformar a forma como muitas outras são executadas, já com efeitos no mercado de trabalho. Daqui resulta a necessidade de rever as aprendizagens essenciais, os currículos, a forma de ensinar e de avaliar.

Para **Fazer Portugal Maior**, o digital não pode reduzir-se à distribuição de equipamentos ou à instalação de plataformas dentro das salas de aula. Isso é necessário, mas não suficiente. O verdadeiro desafio é desenvolver competências, dar autonomia e criar valor. É tirar proveito do potencial e estar atento aos riscos – por exemplo, manter a capacidade de atenção, a leitura profunda e o pensamento próprio. Num mundo crescentemente digital, ser-se livre exige compreender como funcionam os algoritmos, como se produzem e manipulam dados, como se verificam fontes, como se protege a privacidade ou como se reconhece a desinformação. No mesmo sentido, num mundo crescentemente digital, importa saber usar a IA de forma crítica e com ética.

O digital e a inteligência artificial devem entrar no currículo e no coração da política educativa, sempre subordinados à missão maior da escola: ensinar mais e melhor. Os professores são decisivos nesta transição. A IA nunca substituirá o professor. O seu potencial é libertá-lo de tarefas administrativas, apoiar diagnósticos e ajudar a criar recursos pedagógicos. **Fazer Portugal Maior** implica colocar os professores no centro da transformação digital, reconhecendo o seu papel decisivo na aprendizagem dos alunos.

Para **Fazer Portugal Maior**, não se pode ignorar o ambiente digital em que crianças e jovens crescem. As redes sociais, os jogos, as plataformas de vídeo e as aplicações de comunicação tornaram-se parte da vida quotidiana. Sabemos bem o seu potencial, mas também conhecemos os riscos novos que introduzem, nomeadamente dependência e exposição a conteúdos inadequados. Por isso, o PSD está a trabalhar para a proteção de crianças em ambientes digitais, com vista a fixar a idade mínima para acesso autónomo a plataformas em 16 anos de idade e impedir o acesso a menores de 13 anos.

O equilíbrio que **Faz Portugal Maior** é este: acelerar competências e reforçar proteção. Digital, inteligência artificial e competências devem ser uma das grandes causas do nosso País — explorando o seu potencial e protegendo as crianças dos riscos. Só assim, o digital e a IA serão uma força ao serviço de um **Portugal Maior**.

1.3. CUIDAR DOS CIDADÃOS: Saúde e Apoios Sociais

Sem saúde, tudo falha. A saúde é condição de liberdade. Quem espera demasiado por uma consulta, por um diagnóstico ou por uma cirurgia fica limitado na sua vida e no cumprimento do seu potencial. Potenciar Portugal é reconhecer essa exigência e dar-lhe resposta, em todo o território nacional, garantindo igualdade no acesso aos serviços de saúde.

A saúde do **Portugal Maior** deve assentar na proximidade. Os cuidados de saúde primários são a primeira linha de confiança entre cidadão e Estado. Médico de família, enfermeiro de família, psicólogo, nutricionista, terapeuta, apoio domiciliário, saúde oral e prevenção não são compartimentos isolados; são uma rede de cuidado. O País precisa de sair de uma cultura excessivamente centrada na urgência e avançar para uma cultura de acompanhamento, prevenção e gestão integrada da doença.

A digitalização da saúde deve servir esta proximidade. O registo eletrónico único, a interoperabilidade de dados, a teleconsulta quando clinicamente adequada, a monitorização remota de doenças crónicas e a gestão inteligente de listas de espera podem aproximar o sistema das pessoas. A saúde digital tem o potencial de evitar repetição de exames e acelerar respostas, mas sem deixar de humanizar o percurso do doente. A tecnologia deve estar ao serviço do cuidado das pessoas.

Um **Portugal Maior** precisa de uma proteção social forte. Forte para que ninguém fique sem apoio quando perde rendimento, adoece, envelhece, cuida, vive com deficiência ou enfrenta desemprego, pobreza ou exclusão. Forte para que os apoios cheguem a quem precisa e sejam compreensíveis. O Estado Social deve ser exigente no acesso, rigoroso contra abusos e próximo das pessoas vulneráveis. Mas deve também ser simples, previsível e humano.

A justiça social exige que quem trabalha não continue pobre, que quem progride não seja penalizado e que quem pode regressar ao mercado de trabalho encontre a formação adequada. A modernização da Segurança Social, a simplificação das prestações e a articulação com o sistema fiscal e laboral são parte de uma mesma visão: proteger melhor.

Este é o sentido de um Estado Social de um **Portugal Maior**. Um Estado Social que apoia, mas espera responsabilidade. Um Estado Social que reconhece vulnerabilidades, mas não define as pessoas por elas. Um Estado Social que trata os cidadãos como sujeitos de futuro, não como processos administrativos. Um Estado Social que dá condições a cada um para desenvolver o seu potencial.

2. DESBLOQUEAR PORTUGAL

REFORMAR O ESTADO PARA REMOVER OS OBSTÁCULOS À VIDA DOS PORTUGUESES E DAS EMPRESAS

Fazer Portugal Maior começa por fazer o Estado funcionar. Em vários domínios, Portugal precisa de ser desbloqueado através de uma reforma do Estado, que simplifique e remova obstáculos administrativos obsoletos. O Estado deve ser capaz nas suas missões essenciais, exigente na proteção do interesse público, próximo dos cidadãos e fiável na qualidade da decisão. Ora, um Estado pesado não é um Estado capaz. **Um Estado capaz é um Estado que tem uma justiça célere e competente, que cumpre prazos, que simplifica a vida dos cidadãos e das empresas.** Mais ainda, um Estado capaz é um Estado que sabe retirar-se quando a sua intervenção não acrescenta valor.

A reforma do Estado de que Portugal precisa não abre trincheiras entre os setores público e privado. A reforma do Estado valoriza o Estado, devolvendo-lhe eficácia e confiança, e valoriza a complementaridade e cooperação com os setores privado e com os setores social e solidário. No PSD, vincamos a diferença entre um Estado que promete e um Estado que responde às necessidades dos cidadãos e das empresas.

A reforma do Estado é uma condição para melhorarmos a qualidade dos serviços públicos e para aumentarmos a produtividade e a competitividade da economia. **A reforma do Estado é uma condição para Fazer Portugal Maior.**

2.1. REFORMAR O ESTADO na Administração Pública

Portugal precisa de uma nova cultura administrativa. Uma cultura com menos controlo prévio cego e mais responsabilidade posterior. Menos pareceres sucessivos e mais decisão integrada. Menos formulários e mais interoperabilidade. Menos desconfiança sobre cidadãos e empresas e mais fiscalização inteligente sobre quem não cumpre as regras. Com essa nova cultura administrativa vamos **Fazer Portugal Maior.**

Portugal precisa de funcionários públicos valorizados, com a sua qualificação reconhecida e com lideranças competentes. As pessoas são o centro da ação e da qualidade dos serviços prestados pelo Estado. E nenhum Estado funciona sem clareza de atribuições ou responsabilidades. Continuam a existir demasiadas estruturas e entidades com missões redundantes. A reforma do Estado tem de prosseguir com a revisão das orgânicas de ministérios, institutos, direções-gerais, secretarias-gerais, entidades públicas empresariais e organismos desconcentrados, clarificando competências segundo critérios de utilidade, de eficiência e de serviço de qualidade ao cidadão.

Portugal precisa de digitalização para maior eficiência e simplificação de processos, e dados melhores e atualizados em tempo real. Esta é uma condição para melhorar a qualidade da decisão e a qualidade dos serviços prestados. Mas, ao mesmo tempo, temos de garantir que os progressos no digital chegam a todos os portugueses, de todas as idades e em todo o território. A regra deve ser clara: digital por defeito, com apoio humano sempre que necessário. Portugal deve, por isso, acelerar serviços públicos digitais completos, com identificação segura, assinatura digital, notificações eletrónicas, processos desmaterializados e atendimento integrado. E deve garantir atendimento presencial e telefónico para idosos, pessoas com deficiência, cidadãos com baixa literacia digital e os que necessitem de apoio.

É imperioso modernizar as regras da contratação pública – na inovação como nas outras áreas. É necessário reformar a contratação pública para premiar a inovação, criar mercados-piloto nacionais em domínios estratégicos e garantir acesso de PME inovadoras e empresas em fase de arranque (*start-ups*) aos concursos públicos. E temos de alinhar a contratação pública nacional com a contratação pública europeia. **É necessário sermos mais rápidos e eficazes na contratação pública, reforçando a transparência, para podermos executar em tempo útil as obras e prestarmos os serviços que a sociedade espera do Estado.** A capacidade e rapidez das respostas do Estado são essenciais para o reforço da nossa democracia e, assim, para **Fazer Portugal Maior**.

2.2. REFORMAR O ESTADO na Administração Regional e Local

O aumento da eficácia das políticas públicas necessita também da definição das competências da Administração Central, Regional e Local. A descentralização e a desconcentração devem ser aprofundadas para garantir uma implementação mais ágil e flexível das políticas nacionais. A descentralização e a desconcentração de serviços são também passos necessários para um País mais coeso.

Ao nível da descentralização, é necessário que as autarquias assumam as competências já previstas na lei, sendo garantida a avaliação e a transferência de recursos adequados. Esse é um dos princípios da revisão da Lei das Finanças Locais.

A eficácia das políticas nacionais depende também do alinhamento com as especificidades e estratégias de desenvolvimento das diferentes regiões. O reforço das competências das Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional em áreas como a Agricultura, a Cultura, a Educação ou a Saúde visam precisamente garantir um melhor alinhamento e uma implementação mais eficaz das políticas, aproximando-as dos cidadãos e garantindo o reforço da coesão e da competitividade dos territórios.

2.3. IMIGRAÇÃO: desbloquear processos e definir regras

A regulação dos fluxos migratórios é parte essencial de um Estado que funciona. Um **Portugal Maior** deve ser um País aberto e humanista, mas também um País com regras claras de entrada de imigrantes e capacidade administrativa para decidir. A imigração é uma oportunidade quando é regulada e alinhada com as necessidades do País. A imigração torna-se fonte de vulnerabilidade quando é exposta à informalidade e à incapacidade do Estado.

Humanismo não é aceitar toda a gente. Humanismo é garantir que quem chega a Portugal encontra legalidade, dignidade, deveres, direitos, aprendizagem da língua, integração no trabalho e pertença à comunidade nacional.

Desbloquear Portugal é garantir processos administrativos ágeis, que permitem responder às necessidades das empresas e, por outro lado, não deixar os imigrantes em situações de ilegalidade e de fragilidade. Cada processo parado é uma vida suspensa, uma família sem resposta, uma empresa sem previsibilidade, uma instituição sem interlocutor. A regularização, a renovação de títulos, o reagrupamento familiar, o reconhecimento de situações laborais e a resposta a quem procura viver em Portugal não podem estar dependentes de filas intermináveis e decisões tardias. Um Estado humanista é também um Estado que decide. E decidir a tempo é respeitar as pessoas.

A política migratória de um **Portugal Maior** deve assentar num equilíbrio firme. Portugal deve acolher quem vem trabalhar, estudar, investir, mas deve fazê-lo com critérios. Regular é combater redes de exploração, é garantir que a imigração é fator de desenvolvimento, coesão e renovação demográfica, e não resultado de abandono administrativo. **Fazer Portugal Maior é acolher com humanidade, integrar com exigência e governar com ordem.**

3. TRANSFORMAR PORTUGAL

REFORÇAR A COESÃO, A COMPETITIVIDADE E A INOVAÇÃO

Portugal é o Continente e as Regiões Autónomas. É o Interior do país e o litoral Atlântico. É o Portugal das grandes áreas metropolitanas e dos territórios de baixa densidade. É o Portugal das cidades, das vilas, das aldeias e de todos os lugares. A identidade forte e marcada dos portugueses, com quase nove séculos de história, é uma vantagem que continua por explorar.

Para **Fazer Portugal Maior**, temos de pensar e planear o desenvolvimento do nosso País numa perspetiva nacional, mas atentos às especificidades e às vantagens competitivas de cada território. Só há um caminho: as políticas nacionais têm de estar alinhadas com as estratégias de desenvolvimento regionais e locais. E esse caminho já está a ser percorrido, pelo reforço do planeamento regional, através das Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional, e por uma maior articulação com o poder autárquico, que ganha importância acrescida. Um **Portugal Maior** tem de assumir uma visão nacional, regional, municipal e local.

As necessidades das regiões são as necessidades do País. Todas as regiões têm de colocar as qualificações e a investigação no centro das suas estratégias de desenvolvimento. Os setores em que as regiões têm vantagens competitivas precisam de mão-de-obra qualificada. As estratégias de atração de investimento têm de ter na sua base a disponibilidade de recursos humanos qualificados. A investigação, por outro lado, tem de alimentar uma inovação que gere mais valor acrescentado.

Num **Portugal Maior**, a coesão territorial tem de ser uma visão agregada e de conjunto. Cada território é plataforma de desenvolvimento de um mesmo País, e todos devem estar unidos numa visão integral de desenvolvimento nacional. Para **Fazer Portugal Maior** precisamos de todos: o desenvolvimento de cada região é o desenvolvimento de Portugal como um todo.

3.1. Recursos endógenos e sustentabilidade

O Mar é a nossa grande fronteira e define a nossa identidade. O território marítimo português é cerca de 18 vezes maior do que o território terrestre. A aprovação da proposta apresentada à Organização das Nações Unidas para a extensão da plataforma continental mais do que duplicaria aquela extensão. Portugal englobaria 4% do Oceano Atlântico e o equivalente a toda a área terrestre da União Europeia.

Foi a partir do Atlântico que afirmámos a nossa posição no mundo. O papel presente e futuro de Portugal no mundo estará sempre ancorado no Oceano Atlântico, tendo as Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira como referência.

Hoje, com a Região Autónoma dos Açores, o Atlântico é também essencial para fazer de Portugal uma nação espacial. O espaço é uma área cada vez mais decisiva: para a segurança e a defesa, mas também para a monitorização marítima, ambiental e meteorológica. E os investimentos já em curso confirmam a competitividade dos Açores neste domínio.

O PSD sempre valorizou esta vocação marítima do nosso país. Em 2004, o Governo liderado pelo PSD foi um dos primeiros da Europa a desenvolver uma Estratégia Nacional para o Mar. Mais de vinte anos depois, os setores que contribuem para a Economia Azul estão ainda longe do seu pleno potencial. Para Fazer **Portugal Maior**, precisamos de recursos humanos qualificados, de conhecimento científico, de inovação e de investimento que permitam aprofundar o desenvolvimento de setores ligados à pesca, aos recursos marinhos não-vivos, às atividades portuárias e à construção e reparação naval ou ao transporte marítimo. Todas estas atividades têm de ser desenvolvidas respeitando e garantindo a sustentabilidade dos recursos.

O Mar tem uma forte ligação ao Turismo. O Turismo costeiro é um dos setores mais competitivos da economia portuguesa, com uma enorme diversidade de oferta no Continente e nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira. No PSD, não temos dúvidas sobre a sua importância: o Turismo continuará a ser um setor estruturalmente decisivo para a economia portuguesa, também pelo contributo fundamental que dá para o equilíbrio da balança comercial. Mas, para a sua própria afirmação, terá de evoluir para um turismo com mais valor acrescentado, menos sazonal e beneficiando todo o território. O riquíssimo património histórico e cultural do nosso País pode ser mais aproveitado, para tornar as experiências daqueles que nos visitam ainda mais marcantes e inesquecíveis.

A agricultura é um setor estratégico de um **Portugal Maior**: pela soberania alimentar, pela coesão territorial, pela gestão da paisagem e pela criação de valor. Num tempo de instabilidade geopolítica, alterações climáticas e pressão sobre a água, Portugal tem de valorizar o mundo rural. A agricultura tem de prosseguir o seu caminho de modernização, utilizando mais conhecimento e tecnologia, para reforçar cadeias agroalimentares, exportar mais e afirmar a qualidade dos produtos portugueses.

Num Portugal Maior a valorização do território e da agricultura são indissociáveis. A valorização do território exige que a agricultura ocupe um lugar estratégico no futuro de Portugal — com gestão eficiente da água, regadio sustentável, agricultura de precisão, renovação geracional, organização da produção, transformação agroindustrial e ligação entre agricultores, empresas, universidades e politécnicos.

Para Fazer Portugal Maior, todo o potencial do País tem de ser aproveitado. Com o novo paradigma energético, baseado nas renováveis, os rios, o Sol e o vento tornaram-se recursos estratégicos para Portugal, criando uma oportunidade para termos mais autonomia e para sermos mais competitivos. O uso destes recursos tem de garantir o equilíbrio entre os benefícios económicos, a manutenção das paisagens e o respeito pela sustentabilidade ambiental e dos ecossistemas, compensando as populações pelo uso dos recursos endógenos das suas regiões.

3.2. INFRAESTRUTURAS para um País mais coeso e competitivo

A posição de um **Portugal Maior** no mundo depende da conectividade assegurada pelas suas infraestruturas rodoviárias, ferroviárias, portuárias, aeroportuárias e de fibra ótica. A distância entre as regiões é determinada pela disponibilidade e qualidade dessas infraestruturas. É essencial assegurar a circulação de pessoas e mercadorias dentro do território nacional, incluindo entre o Continente e as Regiões Autónomas, e na ligação ao resto do mundo.

Neste contexto, a construção do novo aeroporto de Lisboa é um passo indispensável para o desenvolvimento do País. Um passo que foi adiado sistematicamente e que, no Governo, o PSD permitiu que o País desse. Agora, o reforço da capacidade aeroportuária dos aeroportos do Porto, Faro e das Regiões Autónomas é também urgente, para garantir níveis de conectividade internacional que respondam aos desafios da economia portuguesa. Também o investimento na capacidade e eficiência dos portos é prioritário para reforçar a conectividade internacional e a capacidade exportadora do país.

De entre os vários investimentos urgentes, destaca-se a ferrovia. Também adiados por demasiado tempo por anos de governação socialista, esses investimentos estão agora a seguir um plano de execução. Esse plano garantirá uma maior preponderância deste meio no transporte de pessoas e mercadorias, contribuirá para uma maior eletrificação da economia portuguesa e, assim, para a descarbonização. A alta velocidade irá aproximar territórios e abrir novas possibilidades de desenvolvimento. A aproximação entre territórios **Fará Portugal Maior**.

3.3. UNIVERSIDADES E POLITÉCNICOS como motores de desenvolvimento

As Universidades e Politécnicos mudaram a imagem de Portugal no mundo, com grande impacto nas escolhas dos investidores estrangeiros. Hoje, Portugal é reconhecido internacionalmente como um País que forma talento ao mais alto nível. A qualidade técnica dos nossos profissionais e a excelência científica das nossas Instituições de Ensino Superior são reconhecidas internacionalmente e são, por isso, um fator de atratividade de investimento direto estrangeiro para setores de elevado valor acrescentado.

As Universidades e os Politécnicos portugueses são hoje um setor dinâmico, diverso e indispensável ao futuro do País. As Universidades afirmam-se na investigação fundamental, na formação avançada, na ciência, na cultura e na projeção internacional. Os Politécnicos têm uma ligação decisiva às regiões, às empresas, às profissões, à inovação aplicada e às necessidades concretas do tecido económico e social. Esta diversidade é uma força nacional. Um **Portugal Maior** precisa de Universidades fortes e de Politécnicos fortes, cada um com a sua identidade, mas todos mobilizados para a mesma missão: qualificar pessoas, criar conhecimento e servir o desenvolvimento das regiões onde estão inseridos e do País como um todo.

Num **Portugal Maior**, as Universidades e os Politécnicos estão no centro das estratégias de desenvolvimento regional. O PSD trabalha para que a qualificação dos recursos humanos acompanhe as necessidades dos territórios e a estratégia de atração de investimento. A qualificação profissional e de nível superior, articulada com uma estratégia de desenvolvimento e de atração de investimento, gera o círculo virtuoso de qualificação e crescimento, capaz de transformar os territórios e o País.

Para **Fazer Portugal Maior**, queremos estimular esse círculo virtuoso através de políticas nacionais, alinhadas com as estratégias de desenvolvimento regional e dinamizado através de políticas locais direcionadas. No PSD, sabemos que é preciso fechar este círculo. Só assim será possível garantir convergência económica, coesão territorial e crescimento económico sustentado.

3.4. INVESTIMENTO para criar mais valor acrescentado

No **Portugal Maior** que ambicionamos, vamos continuar a reforçar a atratividade de Portugal para o investimento direto estrangeiro, salientando os fatores de competitividade que o tornam um destino único.

A estabilidade macroeconómica, com a correção dos desequilíbrios internos e externos, em que se destacam a diminuição da dívida pública e do endividamento externo, e a solidez do nosso sistema financeiro são sinais de um caminho seguro. E esse caminho dá segurança e previsibilidade aos investidores.

Para **Fazer Portugal Maior**, importa prosseguir o caminho virtuoso que o PSD sempre defendeu: reduzir a carga fiscal, para remunerar o mérito e os resultados dos portugueses e das empresas. Como sempre dissemos, impostos elevados sobre os rendimentos das pessoas e das empresas reduzem os incentivos ao trabalho e ao investimento e minam a competitividade da economia. São amarras ao desenvolvimento que impedem um **Portugal Maior**.

O PSD quer cortar essas amarras e, por isso, quer continuar a reduzir impostos. O IRS Jovem mostrou aos jovens que vale a pena ficar e trabalhar em Portugal - é um investimento com retorno. Para criar valor, precisamos de uma economia cada vez mais baseada em talento. Se por um lado estamos a investir na formação desse talento, por outro lado temos de criar os incentivos para que ele se transforme em valor em Portugal. O IRS Jovem é a prova da aposta do PSD na juventude e no futuro do País.

Para Fazer **Portugal Maior**, este caminho tem de prosseguir. Os empresários têm de acreditar que vale a pena investir em Portugal, têm de confiar na política fiscal e sentir que apostar em Portugal compensa. Num mundo que compete por investimento, não podemos ter uma taxa de IRC tão elevada.

O PSD defende uma legislação laboral e um mercado de trabalho adequados aos novos tempos, um tempo em que o digital revoluciona as condições de trabalho, fomentando novas formas de trabalho, como o trabalho híbrido. Um melhor ajustamento entre as necessidades das empresas, os interesses e direitos de quem trabalha tornam necessária a reforma da legislação laboral que o PSD apresentou, para Portugal ser competitivo na atração e fixação de recursos humanos. Essa é uma condição para a atração de investimento e para o crescimento da economia. É uma condição para **Fazer Portugal Maior**.

Portugal já dispõe de vantagens únicas na área energética. O peso crescente das energias renováveis na produção de eletricidade reduz a pegada carbónica, protege o País de choques externos e garante custos competitivos. Estes são fatores decisivos para atrair investimentos com elevados consumos energéticos, da indústria aos *data centers*.

Portugal está numa posição privilegiada. Tem uma localização atlântica, cabos submarinos, energia renovável abundante e competitiva, polos estratégicos como Sines, mão de obra qualificada e empresas com experiência internacional. Para **Fazer Portugal Maior**, o desafio está em sermos mais rápidos no licenciamento e simplificarmos a regulação. Também na justiça temos de ser mais rápidos e eficazes na resolução de litígios. Num mercado onde os investimentos se decidem em meses, o sucesso depende da rapidez com que respondemos aos investidores, que têm de acreditar que, em Portugal, os seus projetos vão crescer e prosperar.

3.5. NOVAS EMPRESAS, com maior potencial de crescimento

Para ser Maior, Portugal precisa de mais empresas – empresas com ambição de crescer, de criar valor e empregos, de inovar e internacionalizar soluções ‘Created in Portugal’. Empresas que ganhem escala em Portugal e no mundo. Mas não nos basta formar talento. Temos de garantir que o talento nacional tem incentivos para acrescentar valor à economia nacional. E não nos basta financiar e alimentar o arranque de novas ideias e a criação de empresas: temos de assegurar que o seu crescimento, a sua internacionalização acontece a partir de Portugal. No PSD, sabemos que as boas ideias não se afirmam apenas dentro das nossas fronteiras, mas nas de uma Europa que também queremos transformar num espaço de competitividade e de crescimento.

A Europa é, hoje, um espaço em que se fundam empresas inovadoras, mas também onde se perdem demasiadas para outras latitudes, nomeadamente os EUA, quando se começa a procurar investimento e escala. Para **Fazer Portugal Maior** temos de inverter este ciclo: transformar *start-ups* em *scale-ups* e *scale-ups* em empresas de base científica e tecnológica com dimensão internacional, sedeadas e tributadas em Portugal.

O ponto de partida está nos ecossistemas de investigação e inovação. Num **Portugal Maior**, universidades, institutos politécnicos, centros de investigação, laboratórios colaborativos, *hubs* de inovação digital, polos de competitividade e empresas funcionam como um verdadeiro ecossistema. A Agência para a Investigação e Inovação (AI2) foi criada precisamente para reduzir essa distância. Tem de ser o instrumento para uma política de transferência de conhecimento mais eficaz, com metas exigentes de criação de empresas e de geração de propriedade intelectual aplicada. O conhecimento que produzimos em Portugal tem de se transformar em empresas portuguesas, em patentes portuguesas, em valor acrescentado em Portugal. No fim do dia, em mais empregos qualificados em Portugal.

A livre circulação de pessoas é a política de transferência de conhecimento e de tecnologia mais eficaz que existe. Precisamos de investigadores que fundem empresas e que com elas colaborem, de empresários que ensinem nas universidades, de inovadores que se movam entre centros de conhecimento, de investidores que conhecem ciência e cientistas que entendem mercados. Para **Fazer Portugal Maior**, temos de remover os obstáculos legais, fiscais e administrativos que ainda dificultam essa circulação dentro do território nacional. Mas temos também de aproveitar a “quinta liberdade” europeia – a da educação, da ciência e da inovação – que a Comissão Europeia se propõe consagrar no quadro do Espaço Europeu da Investigação. O nosso talento tem de circular livremente pela Europa, e o talento europeu tem de encontrar em Portugal um destino atrativo para fazer ciência e criar novas empresas.

Atrair e reter talento internacional é indispensável para **Fazer Portugal Maior**. Portugal já é um destino apetecido por profissionais qualificados e empresários inovadores, mas tem de saber transformar essa preferência em decisão de fixação.

Fazer Portugal Maior é simplificar a vida das suas empresas: licenciamentos mais rápidos, fiscalidade competitiva e estável, regras que permitam atrair talento qualificado através de modelos de participação no capital e uma administração pública que compreenda que cada dia de atraso é uma oportunidade perdida para o País. Com mais e maiores empresas **Portugal será Maior**.

4. PREPARAR PORTUGAL

GARANTIR A AUTONOMIA ENERGÉTICA PARA REFORÇAR A RESILIÊNCIA CLIMÁTICA E A COMPETITIVIDADE

Portugal tem de ser mais resiliente a eventos extremos inesperados, que ameaçam o bem-estar e a segurança dos portugueses e a competitividade da economia. As mudanças geopolíticas, as alterações climáticas, os riscos associados às mudanças tecnológicas, nomeadamente no domínio da cibersegurança, requerem definição de prioridades, planeamento e investimento. O planeamento e o investimento em defesa, nas forças de segurança e na proteção civil serão cada vez mais importantes num mundo cada vez mais complexo e incerto.

Fazer Portugal Maior é ter as forças armadas, as forças de segurança e de proteção civil devidamente equipadas, com recursos humanos qualificados e motivados, com capacidade de resposta rápida e eficaz em situações de crise. Investir em defesa e na segurança é também investir na liberdade e na capacidade de proteger as democracias. É compreender que o mundo mudou e que precisamos de mudar com ele, preparando o País para defender a paz que elegemos como valor superior.

Num **Portugal Maior**, é prioridade o reforço da autonomia energética, através do aumento do peso das energias renováveis na produção de eletricidade, para garantir maior resiliência a choques externos e mais proteção para as famílias e as empresas. A transição energética é uma resposta estrutural às alterações climáticas, mas deve ser também encarada como um novo propósito económico. A Europa sempre cresceu quando combinou mercado, ciência e coesão social, e é isso que está novamente em causa. A política climática tem de ser desenhada com as pessoas no centro. Milhões de europeus sentem diariamente o impacto dos preços da energia e essa vulnerabilidade não nasce das suas escolhas, mas da dependência de combustíveis fósseis importados.

Garantir energia acessível é uma questão económica, mas também de justiça social. A transição energética só será aceite se melhorar a vida das pessoas. A aposta nas renováveis tem de resultar em energia mais barata para as empresas, um dos principais fatores de competitividade. E em energia mais barata para as famílias, decisiva para o seu bem-estar. **Fazer Portugal Maior** é reduzir os custos da energia, garantindo o acesso de todos em condições de equidade e a competitividade das empresas.

4.1. MITIGAR AS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

Há matérias que são verdadeiramente globais. As alterações climáticas são uma delas. O que for decidido nos próximos anos terá impacto direto na capacidade global de travar o aquecimento e proteger as populações mais vulneráveis. Para Portugal, esta urgência não é abstrata. É vivida na pele. Somos um dos países europeus mais expostos aos efeitos das alterações climáticas e, infelizmente, já conhecemos demasiado bem o seu impacto

devastador. Vimos fogos descontrolados como os de Pedrógão, que marcaram para sempre o País. Assistimos à destruição causada pela tempestade Kristin e pelas cheias que, não obstante todo o empenho do Governo, afetaram a vida de milhões de portugueses, por vezes de forma dramática e com vítimas mortais. Enfrentamos episódios de erosão costeira que ameaçam comunidades inteiras e comprometem o nosso modo de vida, as nossas praias e o turismo nacional. Sofremos com a seca persistente no Algarve e no Alentejo, o que afeta a agricultura, o abastecimento de água e põe em causa o modo de vida de milhões de portugueses. Estes fenómenos não são exceções. São sinais claros de que o clima mudou e de que o risco está a aumentar.

É por isso que, num **Portugal Maior**, temos de estar preparados. A transição energética não é apenas uma oportunidade económica, mas também uma necessidade vital para proteger vidas, territórios e o futuro do País. Portugal tem condições únicas para liderar, mas precisa de assumir essa liderança com a coragem política do PSD, com planeamento e com a ambição de transformar vulnerabilidade em força. O investimento em barragens e alfubeiras, no ordenamento da floresta, são exemplos desse compromisso.

4.2. AUTONOMIA ENERGÉTICA: proteger os cidadãos e as empresas, apostar nas renováveis

Portugal e a Europa vivem um momento decisivo. Num mundo marcado por instabilidade geopolítica, tensões no Médio Oriente, bloqueios no estreito de Ormuz e uma guerra prolongada no continente europeu, a energia voltou a ser uma questão de soberania, de liberdade e de competitividade económica. A procura energética continuará a crescer até 2050, impulsionada pela digitalização, pelos centros de dados e pela inteligência artificial.

Neste contexto, a descarbonização não é apenas um imperativo climático. É o roteiro estratégico para a autonomia energética e para a capacidade industrial da Europa.

Portugal tem, pela primeira vez desde a Revolução Industrial, uma oportunidade histórica na área energética. No novo paradigma energético assente nas renováveis, Portugal tem vantagens competitivas únicas na energia eólica, solar e hídrica. Reduzimos muito a dependência energética nas últimas duas décadas. Mas, para **Fazer Portugal Maior**, temos de ir mais longe.

As energias renováveis são um ativo estratégico para o País, não apenas por razões ambientais, mas pelo seu contributo direto para a competitividade das empresas, para o rendimento das famílias e para a redução da dependência externa. Num país ainda marcado por baixa produtividade e fraca competitividade internacional, a eletrificação dos consumos e a expansão das renováveis representam uma oportunidade de desenvolvimento sem precedentes.

A transição energética é uma oportunidade histórica para renovar a competitividade europeia, reforçar a autonomia estratégica e melhorar a qualidade de vida das pessoas. Mas só será bem sucedida se for construída sobre conhecimento, ciência e planeamento, e se Portugal deixar, finalmente, de se adiar.

Num **Portugal Maior**, importa reconhecer que a transição energética é muito mais do que uma política ambiental. Hoje é um elemento central da autonomia estratégica europeia e da nossa capacidade de defesa. A guerra na Ucrânia, a instabilidade no Médio Oriente e a crescente competição global mostraram que depender de

combustíveis fósseis importados fragiliza economias, expõe sociedades a choques externos e limita a liberdade de ação das democracias. Ao apostar em energias renováveis e em tecnologias limpas, a Europa reduz vulnerabilidades, reforça a sua resiliência e garante que a energia deixa de ser uma arma nas mãos de regimes autoritários. Esta transformação tem também impacto direto na defesa. As forças armadas europeias continuam altamente dependentes de combustíveis fósseis, o que simplifica a logística, mas cria riscos estratégicos. A modernização energética do setor da defesa exige coordenação, padrões comuns e inovação, para que a transição não fragmente a interoperabilidade entre aliados.

A energia limpa é hoje um ativo geoestratégico. Integrar a transição energética na política externa, industrial e de defesa é fundamental para construir uma Europa mais forte e mais segura. Com os seus recursos renováveis abundantes e posição atlântica privilegiada, Portugal pode ser Maior ao desempenhar um papel decisivo nesta nova arquitetura energética, contribuindo para a autonomia europeia e para a estabilidade internacional.

5. AMPLIAR PORTUGAL

MAIS PRESENÇA E INFLUÊNCIA NA EUROPA E NO MUNDO

Portugal tem hoje uma oportunidade histórica. O nosso lugar no mundo, percebido ao longo de muitos anos como periférico, é agora um espaço de afirmação. Para lá da nossa língua, a nossa geografia atlântica e a nossa integração europeia colocam Portugal no centro das grandes transformações do século XXI. **Portugal Maior** pode ser um lugar de encontro global, um espaço de diálogo entre continentes, um mediador entre culturas e um protagonista na construção de um mundo mais justo, mais seguro e mais sustentável.

Este é um tempo de incerteza e imprevisibilidade. A guerra regressou à Europa, a concorrência entre grandes potências intensificou-se. A instabilidade alastra em várias regiões do mundo, a luta pela liderança tecnológica e a autonomia energética está a reconfigurar alianças, dependências e prioridades estratégicas. Neste contexto, Portugal encontra-se numa posição singular. A sua geografia, a sua história, a sua língua e a sua inserção europeia e atlântica conferem-lhe centralidade estratégica, que tem de ser assumida com ambição e responsabilidade.

Portugal é um país europeu, atlântico, lusófono e global. É ponte entre continentes, culturas e economias. É uma Nação que, pela sua história, dimensão humana e pela sua tradição diplomática tem credibilidade para fazer pontes, aproximar blocos e abrir caminhos onde outros veem bloqueios. O PSD vê no contexto internacional uma oportunidade estratégica para Portugal se transformar em poder de influência, motor de desenvolvimento económico e País de prestígio. **Fazer Portugal Maior** no atual contexto geopolítico assenta em três pilares: a língua portuguesa, o Atlântico e a União Europeia.

5.1. A LÍNGUA PORTUGUESA: o porto que partilhamos, o horizonte que projetamos

A língua portuguesa é um dos maiores ativos geopolíticos de Portugal. Falada por mais de 260 milhões de pessoas, é a língua mais falada no hemisfério Sul e uma das mais relevantes no espaço atlântico. É uma língua em crescimento, impulsionada pela vitalidade demográfica dos países lusófonos, que continuarão a aumentar o número de falantes nas próximas décadas. É uma língua de cultura, de ciência, de negócios e de diplomacia. É também a base de uma comunidade política única: a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

A CPLP é cada vez mais um espaço de futuro que reúne economias emergentes e regiões com crescente relevância estratégica. Um **Portugal Maior** deve reforçar o seu papel como dinamizador desta comunidade, promovendo a mobilidade, a cooperação económica, a cooperação científica, a promoção de um grande espaço de educação e cultura lusófona, e a concertação política.

A língua portuguesa é um ativo estratégico, que liga povos separados por milhares de quilómetros e uma comunicação única entre geografias muito diversas, gerando oportunidades para relações empresariais, universidades e artistas. Valorizar a língua portuguesa é transformar essa afinidade em ação, é usar esta plataforma comum para gerar mais cooperação, mais conhecimento, mais inovação e mais ambição.

Se a língua portuguesa nos liga ao mundo, Portugal acontece onde houver um português. A diáspora portuguesa, espalhada pelos cinco continentes, é uma das maiores forças de projeção internacional do País. São comunidades que mantêm laços afetivos, culturais e económicos com Portugal e que funcionam como pontes naturais para mercados, instituições e redes internacionais. Valorizar a diáspora é valorizar um Portugal Maior do que as suas fronteiras. Essa valorização implica reforçar o apoio consular, simplificar procedimentos administrativos, apoiar o empreendedorismo emigrante e promover a participação cívica e política das comunidades portuguesas.

A língua portuguesa é também um instrumento de diplomacia económica. Num mundo em que a concorrência por mercados e investimentos é cada vez mais intensa, um **Portugal Maior** deve usar a sua identidade linguística e cultural como vantagem estratégica. A cultura, o desporto e a juventude são, para tal, dimensões essenciais.

5.2. O ATLÂNTICO: palco de um Portugal Maior

O Atlântico é o espaço natural da projeção internacional de Portugal. É nele que se cruzam as grandes rotas comerciais, energéticas e digitais do século XXI. É nele que se joga uma parte decisiva da segurança europeia e da estabilidade global. E é nele que Portugal tem uma posição absolutamente única.

A plataforma continental marítima portuguesa é uma das maiores da Europa. O País tem uma zona económica exclusiva que multiplica por várias vezes a sua dimensão terrestre e o coloca no centro das dinâmicas atlânticas. Essa geografia é uma grande responsabilidade estratégica. Portugal tem de assumir se protagonista do Atlântico, reforçando a vigilância marítima, a investigação científica, a proteção ambiental e a exploração sustentável dos recursos marinhos.

Partilhar uma fronteira continental europeia e uma fronteira oceânica é fazer da identidade nacional um acontecimento que resulta do mar e da terra. É por isso que a relação transatlântica se afirma como um pilar essencial da posição de Portugal no mundo. A ligação histórica aos Estados Unidos, o papel na NATO e a cooperação com o Reino Unido, especialmente nos pós Brexit, reforçam a importância de Portugal como ponto de equilíbrio e confiança entre as duas margens do Atlântico. A nossa relação transatlântica é histórica e única. Alimentada pela língua portuguesa, essa relação amplia a nossa centralidade Atlântica, ligando o Atlântico Norte ao Atlântico Sul e criando redes que unem continentes.

A história e a posição geográfica de Portugal dão-lhe uma oportunidade única no contexto dos acordos comerciais da União Europeia, liderando e facilitando negociações com regiões estratégicas. O acordo UE–Mercosul, o acordo UE–Reino Unido, o CETA com o Canadá, o acordo com o Japão e os acordos com o Vietname, Indonésia, Singapura, Coreia do Sul, México, Chile e vários países da América Latina são exemplos de como Portugal pode ser um mediador natural entre a Europa e o mundo.

O Atlântico é também um espaço de inovação e de futuro. Os cabos submarinos, a transição energética, a digitalização e a segurança marítima colocam novos desafios e criam novas oportunidades. **Fazer Portugal Maior** é fazer do País um *hub* de energias renováveis, de cabos submarinos, de logística atlântica e de investigação oceânica. Tem de ser um País que transforma a sua geografia em vantagem competitiva e que usa o Atlântico como plataforma de desenvolvimento económico e de afirmação internacional.

5.3. A UNIÃO EUROPEIA: o espaço natural da nossa ambição global

A União Europeia é o quadro político e económico onde Portugal escolheu inscrever o seu futuro. Ser parte da União é participar na construção do lugar onde queremos viver — e que queremos deixar aos que vierem depois de nós, progressivamente melhor do que o encontramos. É na Europa que o País encontra estabilidade, prosperidade, segurança e oportunidade para exercer a sua influência.

O continente europeu está a mudar. Novos polos económicos emergem, novos acordos comerciais são negociados e novos desafios geoestratégicos exigem respostas coordenadas. Portugal tem de assumir uma postura ativa e ambiciosa na construção da Europa do futuro, reforçando a sua presença nas instituições europeias e tendo um papel cada vez mais relevante nos grandes debates estratégicos. Um **Portugal Maior** é uma voz ativa na UE e contribuidor para uma Europa mais forte, segura, democrática e aberta ao mundo.

A política de desenvolvimento é um dos domínios onde Portugal tem dado um contributo exemplar, com a promoção do multilateralismo como resposta aos desafios globais. Este posicionamento português resulta de uma presença constante e experiente das dinâmicas internacionais, e reforça o nosso papel como mediador e definidor de agendas globais, equilibrando agendas entre países e regiões do mundo. Um **Portugal Maior** assume uma voz de equilíbrio, cooperação e abertura ao mundo, com prioridades claras: prevenção de conflitos, parcerias estratégicas e proteção das populações vulneráveis.

O PSD vai **Fazer Portugal Maior**.

